

Urbanismo crítico e design na perspectiva de uma cartografia da ação dos subalternos

Pedro Cláudio Cunha Bocayuva (NEPP-DH/UFRJ, Brasil)

cunca@uol.com.br

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Núcleo de Estudos de Políticas Públicas em Direitos Humanos (NEPP-DH/UFRJ)

Avenida Pasteur, até 213/214 Botafogo - Rio de Janeiro, RJ - Brasil

Urbanismo crítico e design na perspectiva de uma cartografia da ação dos subalternos

Resumo: Neste artigo tentamos indicar pistas para a construção de uma abordagem crítica do urbanismo hegemônico. Na era do neoliberalismo de segurança, o governo das cidades depende de tecnologias e dispositivos voltados para a produção da cidade globalizada pelo espetáculo e pelo jogo especulativo financeirizado. Ao longo do texto enunciamos os elementos para uma leitura da ação dos sujeitos na cidade, fazendo considerações sobre o papel do desenho e dos diagramas, da relação necessária entre o trabalho da cartografia da ação e a elaboração de elementos para um novo urbanismo crítico. Avançamos na indicação da aplicação destas novas ferramentas e técnicas para pensar o local, o periférico e a cidade a partir do que identificamos como questões para abrir o diálogo para o acompanhamento da rede de pesquisa do *Complexo do Alemão*.

Palavras-chave: Urbanismo Crítico, Cartografia da Ação, Direito à cidade, Complexo do Alemão.

Critical urbanism and design in the perspective of a cartography of the action of the subalterns

Abstract: In this article we try to point out ways to construct a critical approach to hegemonic urbanism. In the era of security neoliberalism, city government depends on technologies and devices geared to the production of the city globalized by the spectacle and the speculative financialized game. Throughout the text, we present the elements for a reading of the actions subjects in the city, making considerations about the role of drawing and diagrams, the necessary relation between the work of cartography of action and the elaboration of elements for a new critical urbanism. We advance in the indication of the application of these new tools and techniques to think the place, the periphery and the city from what we identified as questions to open the dialogue for the monitoring of the research network of *Complexo do Alemão*.

Keywords: Critical Urbanism, Cartography of the Action, Right to the City, Complexo do Alemão.

1. Introdução

“Drawing is taking a line for a walk” (Paul Klee)

Neste artigo tentamos indicar pistas para a construção de uma abordagem crítica do urbanismo hegemônico. Na era do neoliberalismo de segurança, o governo das cidades depende de tecnologias e dispositivos voltados para a produção da cidade globalizada pelo espetáculo e pelo jogo especulativo financeirizado. Procuramos colocar em questão o mapa hegemônico da cidade mercadoria e do urbanismo de guerra, cuja gestão se dá pelo avanço do estado policial administrador do medo. Vamos indicar a necessidade de uma reflexão sobre os modos de resistência cotidiana das grandes maiorias da população, a partir de um recorte que combina uma articulação de elementos que sugerem a construção de espaços de autonomia e de práticas espaciais, que são registros e formas de conhecimento das táticas, das narrativas e dos agenciamentos de enunciação e organização das vozes e práticas dos subalternos. Procuramos indicar a importância dos modos de registro das mobilidades, dos usos e das ocupações que traçam dinâmicas de construção de lugar e de reterritorialização com o uso das potencialidades derivadas do esforço de combinar as disciplinas espaciais. A partir das noções de desenho, diagrama e cartografia o urbanismo crítico trava um diálogo direto com a arquitetura e o design para pensar o direito à cidade. Ao longo do texto enunciamos os elementos para uma leitura da ação dos sujeitos na cidade, fazendo considerações sobre o papel do desenho e dos diagramas, da relação necessária entre o trabalho da cartografia da ação e a elaboração de elementos para um novo urbanismo crítico.

Avançamos na indicação da aplicação destas novas ferramentas e técnicas para pensar o local, o periférico e a cidade a partir do que identificamos como questões para abrir o diálogo para o acompanhamento da rede de pesquisa do Complexo do Alemão, tendo em vista a importância da experiência das redes locais de conhecimento na perspectiva da cartografia da ação. Nossa leitura deve ser considerada provisória e depende dos avanços e das possibilidades do diálogo com o desdobramento das ações protagonizadas pela organização Raízes em Movimento, com a qual temos buscado nos aproximar e acompanhar no projeto de construção do Centro de Pesquisa e Documentação do Complexo do Alemão (CEPEDOCA), projeto que se dá com apoio e participação da UFRJ e com o qual buscamos cooperar através do Laboratório do Direito à Cidade (LDC do NEPP-DH/UFRJ).

2. A cena contemporânea

A cidade difusa é marcada pelo descentramento, a fragmentação e a desterritorialização, onde o espaço é formatado pelo estado de emergência, pelo empreendedorismo, pela economia política e a cultura da “guerra urbana”, pelas ondas de choque, explosão, expulsão e ocupação, onde vemos a fabricação permanente do medo e a presença dos efeitos da disputa entre o poder de aniquilamento e captura e o direito de fuga. Na cidade, a pressão e os fluxos são impulsionados pela contradição entre as forças de ruptura das barreiras e muros de contenção e a reconstituição permanente dos espaços de segregação, de destruição da comunidade e da implantação das práticas de exceção nos lugares e nas divisas visíveis e invisíveis que marcam a megacidade fragmentada. Vemos uma agenda de pesquisa emergir desde uma problemática da violência e da dominação atual que remete aos recortes da questão da mobilidade atravessando o espaço construído.

A privatização e o golpismo contra os direitos políticos impactam de maneira decisiva o conjunto de políticas e serviços que sustentam a produção e o acesso aos bens para as classes e grupos subalternos. Ao impacto perverso e à dialética negativa que impera nas políticas para a cidade, somam-se os custos da violência policial e da violência simbólica, os custos e tarifas que afetam as mais diversas áreas, vide a energia, o transporte, o saneamento ambiental, etc. Ao lado de tudo isso, assistimos ao desmonte irresponsável na área de saúde, de medicamentos, na política epidemiológica e no atendimento básico que desestruturam e condenam à morte as classes populares via privatização do Sistema Único de Saúde. Podemos pensar na escalada das mortes e doenças que nascem com este processo de privatização que se combina com todos os erros, opções e desvios das políticas de desfiliação de direitos, que desestrutura toda a rede territorial, de políticas e programas de atendimento que tem grande centralidade na defesa da vida, condição de prioridade para a realização e políticas de articulação entre o social, o popular e em especial a questão da mulher, sobre quem se abate a carga maior de violência quando se trata de colocar as questões de saúde, saneamento, habitação, segurança alimentar e transporte.

O urbanismo crítico se vê diante da imagem mobilizadora das guerras declaradas contra pobres, negros e demais forças consideradas descartáveis pelos poderes que monopolizam a vida, a política e a economia. O desenho e a esfera pública na forma favela indica um eixo central para situar o estudo do conhecimento sobre o conflito urbano na grande escala.

A forma periférica da favela se choca contra a função de acumulação do capital, a modernidade é cindida e o desenvolvimento desigual já não é mais combinado e eficiente, o que força um quadro de crueldade, de intensificação das práticas de violência institucional e difusa. A batalha simbólica se trava pela mobilização de tecnologias, jogos, máquinas que lançam os corpos e as mentes na guerra.

O sujeito corporificado no conflito urbano nas periferias é lançado diante do quadro das ações policiais e de punição que definem a tática de aniquilamento seletivo como um dos motores da estratégia de dominação desde primado da segurança para os negócios que acaba por se reduzir a um conjunto de ações da segurança como negócio. A questão do privado na favela, o mercado produtor da gentrificação, o espetáculo da guerra ao tráfico são partes da articulação do novo ciclo do regime de segurança interno brasileiro ou do neoliberalismo disciplinar. Numa conjuntura da desarticulação das relações dos circuitos locais e populares na cidade pela via do direito de propriedade, do espetáculo, de apropriação e uso do solo e de encarceramento seletivo e massivo, temos o avanço de certos modos de vida e de endividamento das populações, grupos e pessoas.

As transformações e desafios da questão urbana para o Brasil tornam urgentes a mobilização da inteligência pública nacional, da comunidade de cientistas ao lado dos movimentos sociais para dar centralidade ao processo de produção de conhecimentos aplicados para a solução dos grandes problemas das megacidades. Nas nossas pesquisas e avaliações da conjuntura social vemos a necessidade de um avanço em direção a processos de CT&I capazes de dar conta dos grandes gargalos da urbanização das favelas e periferias, o que pode ser realizado com ênfase no que podemos chamar design estratégico, a partir das áreas de conhecimento ligadas às disciplinas espaciais, aproximando o planejamento urbano e regional, a geografia, a sociologia, a arquitetura e o urbanismo. Hoje é preciso ampliar o âmbito das soluções urbanísticas de grande escala na relação direta com demandas derivadas da centralidade do social. Trata-se de pensar o urbanismo e a orientação de políticas e projetos como resposta para a grande escala na formação e articulação de um novo bloco social e técnico.

O contexto de explosão urbana exige um salto na capacidade de desenho estratégico, do trabalho sobre estrutura, agência, forma e função na relação com os sujeitos e vozes ligadas ao território usado (desde o ponto de vista dos subalternos). Destacamos a importância da reflexão tecnológica dentro do eixo do urbanismo crítico (como nas opções de transporte, saneamento, habitação e equipamentos coletivos), em interação com as

práticas espaciais dos sujeitos populares, na perspectiva do direito à cidade como resposta ao quadro de desigualdade e segregação. O desenho estratégico pode ser a soma do conjunto de técnicas que permitem engendrar narrativas e práticas em ligação direta com a interação entre o adensamento e as dinâmicas distributivas de poder e riqueza e uma espacialidade de tipo policêntrico, que é soma de singularidades geradas por lutas locais e gerais a partir de plataformas de lutas na direção do social, do comum e do público, como nas grandes lutas de 2013 a partir da força mobilizadora do **passé livre** ou da “cidade sem catracas”.

Os modos de produção da vida social são condicionados pelo modo de reprodução da vida nos períodos de tempo, historicamente específicos, em que a economia urbana define a relação de forças na política e na cultura, através da combinação de dimensões de luta de grande intensidade, que podem transbordar e resultar em avanços da crueldade, do fetichismo da moeda ou do consumismo individualista e da guerra. O presente como fragmentação, dilaceração e descentramento faz do espaço urbano global e das suas periferias um campo de disputa para uma interação entre mecanismos de acumulação primitiva permanente e dinâmicas de acumulação imagética, imaterial e financeirizada.

No momento histórico em que a violência é resultado da combinação entre excesso e exceção. A globalidade se materializa em cada microescala onde as formas clássicas de colonialidade são integradas nos mecanismos atuais de produção e registro da imagem dos inimigos. Na atualidade e nos eventos através dos quais a vida nua é uma imagem antiga que é resgatada na ciência política para lidar com as configurações jurídicas e biopolíticas dos maquinismos que exploram os excedentes, as potencialidades produtivas de corações e mentes espalhados na cidade-fábrica. A megacidade brasileira contemporânea se espalha, explode por todos os lados reabrindo campos e formas de mobilização, de produção e de luta.

Captar esta cena contemporânea dos conflitos e dos modos de produção e práticas espaciais num laboratório de experiências e resistências como as megacidades, em especial o Rio de Janeiro, tem permitido pensar o fenômeno urbano desde os vários estratos e planos de ação que definem a produção e os usos dos territórios. Para entender o cotidiano o trabalho de pesquisa tem destacado o uso crescente da referência às formas de visualização e registro através das chamadas cartografias da ação ou das insurgências. As técnicas de desenho e as novas tecnologias digitais têm sido instrumentos necessários para lidar com as possibilidades de identificarmos

e compreendermos as táticas e usos cotidianos de desenhos e mapas, que permitem agir e compreender as ações dos indivíduos e grupos.

Além do desenho, os diagramas são usados como formas de descrever e sintetizar informações sobre contextos e lutas, para o trabalho de pesquisa e em outras formas de atividade nas quais vemos o número cada vez maior das ferramentas engendradas pelas tecnologias de produção de mapas, que tem fortalecido o grau de autonomia e a problematização sobre os grandes desafios da vida urbana, assim como para a leitura do retorno da disputa do espaço desde as ações dos sujeitos corporificados. A juventude, as mulheres e a população negra, devem ser pensados como presença imanente dos corpos e das subjetividades segregadas social, espacial e culturalmente. As suas ações engendram táticas, utilizam técnicas e buscam lidar com a mobilidade, a volatilidade e a intensidade dos processos que atravessam a megacidade nos diferentes países e continentes. Na geração de outras políticas e dispositivos, as técnicas de desenho, elaboração de esquemas e diagramas de leitura da conjuntura das ações no espaço se desdobram na montagem de mapas e cartas que permitem a leitura, a mobilidade e a circulação das lutas e movimentos no espaço das cidades. As redes e movimentos buscam montar arranjos de resistência ante o poder de captura, de agenciamento, de drenagem das potencialidades de produção e de criatividade coletivas.

O que fazer quando a subjetividade e a corporeidade são metabolizadas por máquinas e comandos de controle cibernético, alimentadas pela reprodução, segregação, e localização das populações através de muros e prisões que permitem o manejo de reservas, de bacias de meios materiais e imateriais e de recursos humanos descartáveis?

Nossa hipótese de trabalho indica uma perspectiva que podemos chamar de design estratégico a partir dos diagramas e das cartografias da ação, que são construídos na relação direta com os saberes e as práticas dos sujeitos na relação com os diferentes usos do espaço. As disciplinas espaciais e o desenho permitem o desenvolvimento de uma abordagem teórica e metodológica que interage com as táticas desenvolvidas pelos sujeitos sociais na esfera cotidiana. Na megacidade os sujeitos sociais, os indivíduos e os grupos disputam o uso dos recursos comuns, disputam o uso social do público, abrindo territórios de experimentação, elaborando plataformas, desde onde partem discursos híbridos de caráter emancipatório. Nas ações cotidianas por conquistas de acesso a bens, direitos e espaços se afirmam elementos da construção de identidades. As forças em disputa sobre os rumos da política urbana se dividem. Numa batalha entre a diversidade

liberal individualista e corporativa versus a homologia entre as distintas lutas e suas formas de singularização.

No poder instituinte e nas mediações deste processo temos a força social imanente, ou o bloco social potencial desde onde pode emanar uma nova relação entre produção e cidadania, entre economia e política no espaço da megacidade. Na ação corporificada no espaço se afirma o corpo soberano da democratização como processo ou potência. No sujeito corporificado desde a centralidade da periferia vemos o deslocamento para um novo tipo de processo de interação e transversalidade, de contra-hegemonia na ação social de resistência e ou de insurgência, via o conjunto de lutas pelo direito à cidade marcadas por elos de horizontalidade de cooperação.

A manifestação dos moradores da Rocinha na luta para definir o projeto da segunda etapa do Programa de Aceleração do Crescimento indicava esta combinação de saber local, narrativa e construção de políticas urbanas que articulam urbanismo e uso de tecnologias desde uma reconfiguração de práticas espaciais, animadas pelo direito a projetar e desenhar outros equipamentos e modos de organização e gestão que devem presidir a relação com o espaço urbano construído e ocupado pelas populações normalmente inviabilizadas, desconsideradas e removidas dos traçados e agenciamentos de produção do espaço pelo capital via as ações de modernização realizadas pelo Estado em nome do progresso.

O desenho pode captar e traduzir as vozes e fortalecer as narrativas e os desejos que se inscrevem desde um regime de práticas espaciais que orientam a produção de um novo regime de visualização. Cabe definir a prática da cartografia da ação na relação com o desenho estratégico, formulando uma linha para caminhar ao tomar partido um novo tipo de desenho. Poder caminhar na metrópole rompendo com a naturalização das barreiras de segregação, dos espaços de ausência e exclusão é condição de sobrevivência e uma via para a produção de conhecimentos, para a construção de formas, de objetos, de equipamentos e de espaços alternativos.

3. O desenho

O desenho, assim como a língua, é uma ferramenta ou máquina da linguagem que se inscreve no campo da criação, do desejo e da vontade, mas também do controle, do comando e da vigilância. O desenho, a cartografia e os mapas são parte da constituição e da produção dos modos de

espacialização sustentados pelos traços constitutivos das geografias, das arquiteturas e das engenharias, que são instrumentos de manipulação, dominação, representação e produção de territórios e populações. Os mapas e o trabalho de cartografia servem para a identificação de lugares, de recortes dos espaços que habitamos como paisagens, como situações, como plano de ação definido pelos modos de produção, ocupação e usos. O desenho é ferramenta de decifração, máquina de intervenção, meio de guerra e dispositivo de criação, ponto de contato e de ligação das formas capazes de engendrar os processos produtivos, de lançar e povoar o mundo vivido e o jogo da existência no meio de um mar de objetos e imagens, onde as coisas e os símbolos exigem uma disposição, um sistema de distribuição e localização. Ele é um recurso de interpretação que orienta uma leitura para algum tipo de ação cognitiva e política, estética e ética e, por isso, produtiva.

O desenho de fronteiras é um dos recursos estratégicos clássicos da definição do poder de dominação sobre população, de definição de territórios, da sua delimitação como resultado da forma que articula o dentro e o fora, nas suas múltiplas geometrias e variações de separação, de estabelecimento de bordas, limites, linhas e pontos de conexão e atravessamento, principalmente de fronteiras materiais, culturais, linguísticas e de exercício de poder de polícia, de vida e de morte. A produção de espaços de exercício de soberania, de dominação legítima, de divisão do trabalho, de instituição, de definição de nacionalidades e de formas de cidadania se combina com engenharias e arquiteturas de rotas, vias, equipamentos e modos de habitar e se apropriar do solo e da superfície, onde se destacam e explodem as configurações de construção e variação histórica do humano no urbano. Geopolítica e geoeconomia, sistemas de Estados, império, colonialismo e imperialismo são nomes e conceitos que se referem aos processos de cristalização de relações pelas quais se registram e classificam a distribuição de posições através do poder de construir mapas e cartas que informam sobre objetos, populações, riquezas e trajetos.

Os mapas de países, de cidades e de serviços fazem parte das cartografias que se alinham com as artes de projetar cidades, residências e plantas de infraestruturas, de edificações, de equipamentos, que são complementados por organogramas, fluxogramas, diagramas e esquemas, que são as formas que medeiam uma enorme diversidade de aplicações de desenhos nas várias lógicas geométricas e plásticas que atuam como recurso de projeto, de organização e de produção de ações e objetos. O desenho é desde o início uma forma de figuração que desperta a dimensão visual e a relação com o movimento e distribuição das ações e objetos, bem como da

sua fabricação e registro na memória e no trabalho de transformação da matéria.

Usar a linha para caminhar, a partir da sugestão de Paul Klee, significa usar o instrumento potente do desenho para decifrar as relações espaciais, para engendrar outras espacialidades e economias, para produzir enunciados, objetos e imagens que podem ser pensados a partir da relação entre o simples e o complexo. Os pontos, linhas e traçados são suporte para a criação de diagramas como ferramentas da leitura dos lugares. Diagramas servem para uma abordagem dos estudos sobre os modos de produção e reprodução do espaço, servem como desenhos orientados para compreender e projetar a atuação humana nos espaços reconfigurados pela explosão caótica do urbano. Os diagramas ajudam a entender as engrenagens e as formas de configuração das ações dos fluxos e das redes na constituição do espaço das megacidades. Nos diagramas com suas múltiplas aplicações estão relacionamos, no trabalho das cartografias da ação, com o potencial imane de agir, produzir e enfrentar os desafios derivados das lutas dos sujeitos corporificados, atravessados pela brutal desterritorialização e desmaterialização que se combinam na era das incertezas.

O desenho é uma das principais ferramentas de leitura e representação, de orientação espacial e de referência temporal. Através de linhas e pontos se definem os modos de visualização da distribuição, da mobilidade, das materialidades e dos fluxos que estabelecem as relações e as referências espaciais. Os regimes visuais do espaço são registrados e condicionados por esquemas de leitura, por diagramas como esquemas lógicos e de orientação, por cartografias como mapas e guias para registrar e orientar os deslocamentos e para apreender os modos de apropriação e as relações entre sistemas de ações e sistemas de objetos.

É do espaço que se trata quando pensamos na ação histórica que se cristaliza, nas múltiplas geografias, nas várias ecologias, na multiplicidade sistêmica e no labirinto polimórfico que é a megacidade com suas variações de intensidade, profundidade e efemeridade. Refletir sobre a cidade a partir do desenho, pensar a cidade por meio de diagramas, registrar as condições e o espaço da ação dos atores e objetos como cartografias dos modos de reprodução, é este o convite que o design faz para a metodologia que faz convergir os esquemas de leitura e as narrativas sobre a práxis na teoria crítica do espaço urbano na contemporaneidade.

Nos estudos críticos sobre o espaço através das chamadas cartografias da ação é cada vez mais importante o trabalho com a temática dos diagramas. Os diagramas devem ser entendidos como instrumentos para

a leitura do território, ferramentas necessárias para fortalecer a cartografia da ação no contexto de luta pelo direito à cidade. Nas pesquisas que desenvolvemos no LDC-NEPP-DH/UFRJ nos debruçamos sobre a obra de Paul Klee como um caminho para pensar e ler a escrita da megacidade. O trabalho com os diagramas é parte do esforço de gerar um modo de ver que, desde as linhas, os pontos, as cores, a moldura, articula o movimento e a complexidade do olhar que nos permite trabalhar, ler e projetar sobre a complexidade das dimensões semióticas e semiológicas do fenômeno urbano. Olhar que permite uma decifração e crítica da morfologia social e da materialidade prática e arquitetônica do fenômeno urbano com a força das imagens, onde a dimensão estética reabre o potencial ontológico presente na metafilosofia de Henri Lefebvre.

O desenho ajuda a captar as intensidades, as figuras e objetos para uma sociologia do cotidiano que leva em conta a produção do espaço e o território usado. O trabalho de Klee ajuda no estudo das trajetórias e nas narrativas dos sujeitos sociais no cotidiano. Os mapas destas leituras engendram recursos e esquemas para suscitar as leituras da conjuntura e as leituras do lugar, rompendo com os estigmas e naturalizações das leituras oficiais. O olhar pela via do desenho e o recurso estético e técnico do desenho permite operar no campo semiótico e semiológico desde novas mediações e escalas. A pesquisa e a ação desde distintos recortes espaciais e existenciais se abre com apoio nos esquemas e mapas que abrem perspectivas e possibilidades combinatórias. As linhas e os pontos geram as correntes de energia onde o desenho destaca as divisões e as colisões, a liberdade e o movimentos das formas, assim como mostra o mundo urbano e a sua natureza social transformada: como território usado e construído da favela, como dimensão estratégica da produção da megacidade no planeta urbano.

O conhecimento se apoia nas técnicas do desenho, cujas sínteses e modos de articulação traduzem melhor os quadros de ação numa forma que nos faz avançar pela via da educação do olhar e da percepção. Na era da explosão do urbano e da fragmentação dos modos de vida temos a proliferação de imagens, de eventos e de objetos. Diante do excesso negativo, do intolerável, do racismo temos o etnocídio, a violência e a crueldade. A desmedida dos regimes de exploração são lidos pelo olhar dos que praticam táticas de sobrevivência e resistência. O desenho nos permite recortar, articular e apreender o quadro contraditório das linhas de força, das linhas de fuga, dos agenciamentos de captura e dos enunciados de afirmação dados pelas lutas sociais.

O processo tecnológico e o design estratégico atual, materializado nas cartografias da ação, são tributários das inúmeras antecipações que vemos na obra de Klee. Observamos isto no trabalho sobre o micro e o macro cosmos, numa variação que parte da percepção da criança e mesmo do adulto realizado em meio ao engajamento na luta por direitos, com o uso das condições técnicas e dos modos de organização em rede, sem o que seria impossível entender a potência de retomar o desenho e o trabalho de Paul Klee, no sentido de aproximar as técnicas que permitem lidar com a potencialidade da arte frente às tragédias históricas, como as que atravessaram a vida deste artista da música e do desenho que alcançou uma expressiva posição nas artes plásticas e no ensino.

A questão do desenho estratégico ligada aos movimentos coletivos no espaço urbano pode ser percebida ao trabalharmos sobre a vida cotidiana na cidade desde os territórios usados e, desta forma, como Klee podemos apostar nas combinações e nas composições, nos diagramas e cores que captam a distribuição e variação das forças em movimento. Através do desenho estratégico que sustenta diagramas ou esquemas de leitura de lugar passamos por caminhos, por pontos, por linhas. No movimento dos atores sociais temos uma profusão de objetos e imagens, com sua variação de ritmos, com as suas intensidades sonoras e de luminosidade que marcam o tempo através das suas diversas pegadas no espaço. Por isso, as ferramentas da técnica do desenho ajudam a pensar nas recomposições, combinações e trajetórias que se apresentam para o olhar crítico dos distintos sujeitos e movimentos que se colocam em diálogo e luta, tendo em conta a cidade realmente existente.

O urbano construído pelo capital e pelas lutas sociais, em especial com a complexidade e a força dos circuitos e dos modos de produção do espaço da cidade pode ser registrado pelas cartografias das ações ligadas a uma nova centralidade da favela. O trabalho sobre as formas é decisivo para o aprender com a favela, para o compreender das suas potencialidades de questionamento. A superação do trabalho sobre as formas estabelecidas é decisiva, pois remete aos aspectos metodológicos que enriquecem a proposta e os conceitos para a análise e para a pesquisa sobre o urbano apresentados de forma clara e sintética no livro de Henri Lefebvre, *O direito à cidade*.

O tema da sobreposição em Paul Klee ganha materialidade na relação com a questão da simultaneidade em Henri Lefebvre; estas categoriais se conectam e permitem desvendar a questão do tempo desde os estudos e observação sobre o espaço. Intensidade e ritmo marcam este importante e fecundo encontro que liga: 1. os modos de lidar com as

dimensões semióticas e semiológicas do fenômeno urbano, que são enfatizadas na obra de Henri Lefebvre, que lhe deram um alcance decisivo na articulação da noção de obra e no recurso ao diálogo com a arquitetura e;

2. os modos de ver, perceber e sentir que parte da variação da noção de imagem de cidade nas mais diversas formações históricas, através da leitura transversal dos diversos campos do conhecimento com base nas disciplinas espaciais.

De todo modo, vale radicalizar a visão da centralidade da periferia no entendimento da força da luta contra a colonialidade de modo a poder pensar a questão da escala global, do planeta urbano, levando em conta a potencialidade desconstrutiva do positivismo no estudo da cidade; isto é, dada a crítica realizada desde a ótica de um urbanismo alternativo apoiado nisto que denominamos design estratégico. Está é uma perspectiva que vem sendo desenvolvida no diálogo entre as disciplinas espaciais e o estudo das formas de representação cartográfica e do design. Acompanhando o potencial e a autonomia dos sujeitos coletivos e o impulso dos movimentos em rede é preciso levar em conta o poder criativo, o potencial imaginativo que se fortalece com estas aberturas e combinações que partem de um novo desenho ao fortalecer a perspectiva de ação na direção do direito à cidade.

4. O diagrama e esquema de leitura dos lugares como ferramenta técnica para a cartografia da ação

Ao longo de nossas pesquisas no Laboratório da Conjuntura do Direito Humano à Cidade (LDC-NEPP-DH/UFRJ) temos feito o exercício do registro dos usos do desenho como ferramenta de síntese articulada de leitura do espaço da ação na cidade, construindo nossos diagramas para descrever processos e percursos individuais e coletivos, na sua forma mais simples e sintética que usamos para expressar conhecimentos por meio de formas e traços sintéticos de desenhos, linhas e mapas, onde o diagrama é o nome do conjunto de traços que formam uma trama dos atravessamentos, uma rede ou mesmo um rizoma no sentido de formas mais descentradas de apresentar os esquemas de uso e os mapas das práticas espaciais. O esquema de leitura pelo desenho parte dos recursos técnicos mais simples e dos materiais variados para realizar as cartografias de que dispõem os distintos atores, buscando conectar os trabalhos da pesquisa acadêmica com o realizado pelos coletivos e movimentos sociais. O uso do papel e do lápis para desenhar, a coleta e leitura de materiais e mapas, o uso das ferramentas da web se ligam pela via das formas de montagem, exposição e composição.

A cartografia e as ferramentas da produção de mapas partem dos registros empíricos e dos materiais mais complexos que estejam disponíveis, através da reflexão crítica e da construção da problematização para o mapeamento e a ação que pensa as táticas de sobrevivência, as lutas de resistência e descreve a presença de forças e a disputa pelos usos dos territórios. Na grande cidade as marcas e registros das disputas são registradas através dos mais vastos modos de produção de imagens, através de celulares, de sistemas e câmeras de vigilância, de aplicativos e outras plataformas digitais de registro e informação que tornam visíveis as diferentes práticas de acompanhamento dos conflitos e da violência material e simbólica que atinge o corpo e a subjetividade das populações urbanas. Examinamos no nosso trabalho de pesquisa o efeito estético e ético de levar em conta os traços, os esboços, os esquemas que registram as pegadas impressas nas táticas de sobrevivência das populações da periferia urbana face aos excessos e intensidades que articulam dor, medo e trauma na megacidade.

Os coletivos de mulheres, de pesquisadores, de educadores populares, de artistas, de populações atingidas pela violência institucional racista, classista e sexista usam seus celulares, suas câmeras, seus computadores, seus aplicativos para construir planilhas, bancos de dados e narrativas. Os desenhos, os vídeos, as fotos, os bancos de dados, os sites, os blogs, os jornais virtuais fazem um novo tipo de máquina de informação e comunicação em rede, o que chamamos de cartografias sociais está no coração de modos de visualização e síntese para o registro e mapeamento do conhecimento. Os processos epistemológicos, as ações pedagógicas com os distintos grupos coletivos fortalecem o potencial de intervenção e poder de ampliação da presença das classes e grupos subalternos na cena pública.

Pretendemos desenvolver o uso da cartografia da ação, entendida como método de síntese e visualização das práticas e desafios para a ação coletiva no espaço, ao mesmo tempo que também compreendemos como forma de registro e informação geográfica para o conhecimento dos territórios. A cartografia é vista como mediação, como modo de usar o material e desenvolver os enfoques de pesquisa aplicada, na relação com as disciplinas espaciais com suas várias tecnologias de visualização e registro por meio de mapas e plantas, assim como por meio dos seus diagramas ou esquemas de síntese lógica de processos, conforme os distintos registros de informação e comunicação necessários aos âmbitos de ação específicos, como na saúde, na habitação, no saneamento, na energia, no comércio, no transporte e nos estudos econômicos, sociológicos e culturais. A aplicação dos diagramas de leitura do lugar tem permitido elaborar desenhos e planilhas, registros e materiais para a intervenção e para o entendimento das

práticas de articulação entre sujeito corporificado numa perspectiva bioética de novos modos de vida e uso dos lugares: no registro das problemáticas de mobilidade, meio-ambiente e segurança, onde podemos ver projetados os percursos e os obstáculos para o acesso a bens e serviços através de traços, nas figuras, nos desenhos e nos mapas. Estes registros dão visibilidade, intensificam as potencialidades e amplificam a voz para as ações dos sujeitos subalternos pela sua presença em conflitos e lutas na cidade. Os diagramas são a base para a prática das cartografias enquanto ferramentas de interpretação e análise para identificar bloqueios, conflitos, tendências, linhas de força e de fuga que marcam a experiência corporificada dos sujeitos sociais e os desafios de acesso ao bem-estar na cidade.

O desenho urbano, a arquitetura, a geografia e a antropologia encontram nos esquemas e usos dos diagramas um suporte estético e técnico para entender as relações e contradições presentes na estruturação do lugar. Os diagramas são modos de descrever o uso dos lugares, assim como uma forma de percepção e registro das articulações vivas entre a reprodução social e o espaço urbano que permite a análise de situação e da conjuntura social dos lugares.

Os modos de produção do espaço urbano são intensificados pelas formas da crueldade sobre a periferia e sua população, como reforço da violência simbólica sobre a violência material que atinge o corpo da juventude, das mulheres, dos negros e das populações naturalizadas como ameaças e inimigos da ordem. A pulsão de crueldade ou de intensificação da violência pela repetição midiática da construção da imagem e corpo do inimigo tem um efeito decisivo no bloqueio ao conhecimento, no debate contemporâneo sobre a saúde, o meio-ambiente, sobre direitos humanos e o direito à cidade, submetidos ao contexto da política de guerra contra as classes populares em nome da cruzada contra as drogas. A lógica territorial do city marketing ou, melhor dizendo, o projeto da cidade como mercadoria é sustentado por um urbanismo de resultados, por uma estratégia de guerra urbana apoiada no espetáculo de imagens de naturalização e produção do medo. Vivemos sob a supremacia da lógica de um design de dominação, enquanto uma matriz ou um paradigma que estrutura os processos epistemológicos justificando a ação civilizatória presente nos arranjos empresariais de produção da cidade de exceção, da cidade dos negócios com a destruição dos espaços locais, das esferas e políticas públicas de interesse popular, como ocorreu com os CIEPs.

Reafirmamos a importância da experiência de partir da perspectiva do uso dos diagramas para elaborar um registro de aplicação voltado para o “design estratégico” alternativo, em busca da construção do urbanismo

crítico, ao lado do diálogo interdisciplinar que realizamos na interface com os estudos de saúde pública, violência de gênero, cultura, transporte, habitação e saneamento ambiental. O registro das oficinas de redes e grupos locais de pesquisas nas áreas periféricas da cidade do Rio de Janeiro, numa conjuntura marcada pelo impacto dos megaeventos nos tem permitido avaliar o uso de técnicas de desenho de diagramas como parte do método de leitura do lugar, que vem acompanhando o mapeamento das informações, embasando a análise de conjuntura social e dando suporte para a construção das cartografias da ação.

5. Política urbana no Rio de Janeiro: um olhar que parte do Complexo do Alemão no Rio de Janeiro

A articulação dos esforços de pesquisa e conhecimentos sistemáticos sobre o Complexo do Alemão, em interação ativa com inteligência local e suas redes em movimento é parte do esforço de recuperação de potencialidade crítica para a plataforma do direito à cidade e para a sinalização da necessidade de construção de um novo bloco social e técnico, que afirme o caminho da nova centralidade da periferia. Por isso, o esquema de leitura crítica do contexto urbano se relaciona de maneira complexa com a luta e a demanda que orientam as escolhas dos atores, já que suas opções são afetadas pelas condições e pelo ambiente dos agenciamentos da capacidade autônoma de definição de projeto (no sentido emancipatório). Sua posição e força constituinte se sustentam nas redes de conhecimento teórico e prático, através das quais se organiza a possibilidade de uma proposta de produção de uma lógica potencialmente contra-hegemônica, no plano das tecnologias urbanas e, do chamado interesse orientado pela função social da propriedade como está definida na Constituição brasileira (1988) e no Estatuto da Cidade (2001). Como foi reafirmado pelas mais diversas conferências de políticas públicas, é preciso um saber que se relacione com as aspirações populares.

Os **saberes** que se formulam criticamente e as opções em matéria de CT&I com base na criação de um bloco social (e técnico) – sempre composto por recortes locais de coletivos e movimentos sociais, de quadros do Estado e da Universidade – fazem a liga entre saberes existências e locais com as disciplinas espaciais e construtivas. Os modos de construção de tecnologias sociais alternativas dependem da renovação teórica e crítica da abordagem dos desafios urbano-metropolitanos. As redes sociais e técnicas precisam estar apoiadas numa crescente adequação social e tecnológica das

suas abordagens, em processos de redes, movimentos e lutas que devem afirmar novos graus de autonomia e de práticas de controle social organizado sobre a produção de um enfoque crítico do urbanismo. Neste caso, as várias dimensões inovadoras estarão voltadas para a afirmação de uma visão de desenho arquitetônico para os modos de habitar, com base na readequação e ruptura com os padrões tecnológicos, éticos e estéticos que afirmam os interesses imediatistas da agenda eleitoral que se aglutinou pelo modelo do *city marketing* ou de um plano estratégico de negócios como ocorreu no Rio de Janeiro, em especial sobre o Complexo do Alemão. O Programa de Aceleração do Crescimento aplicado nas favelas teve, no Complexo do Alemão, um efeito de desmedida e desperdício acentuado pela espetacularização e crueldade dos jogos de guerra através do projeto policial e militar da ocupação e da UPP.

O ajuste espacial é o resultado das estratégias de produção social do espaço para a acumulação de capital sobre as megacidades, onde o neoliberalismo de segurança cristaliza as opções por uma nova desigualdade com fragmentação, expulsão, contenção, criminalização e segregação das populações consideradas descartáveis. Nas megacidades das semiperiferias globais, como o Rio de Janeiro, temos o espetáculo da “nova grande transformação” via uma onda de choque de “destruição criativa”, feita em nome de um programa de negócios que deixa de lado a necessidade de um novo planejamento democrático e do controle social inscritos na legislação da reforma urbana no Brasil. Em nome da urgência se gera um brutal desperdício de recursos e uma brutal onda de fetichismo e especulação no mercado imobiliário, de terras e de serviços, que só se sustenta por força de movimentos anticíclicos de crédito e operações de guerra com licença para matar.

Para completar a dialética negativa da modernização autoritária promovida em nome do mercado, nas grandes cidades brasileiras as obras governamentais e a distribuição de renda direta acabaram sendo drenadas, entre 2008 e 2015, na direção do consumo com endividamento, e no movimento especulativo com alto preço derivado da violência da imposição da nova economia formal com base na ocupação policial e militar das favelas nas políticas de ordem urbana. A política econômica é de fato uma polícia econômica, o que explica as passagens e relações entre a lógica de economia política dos meganegócios com seu nexos com a economia política dos megaeventos, mediadas pelas megaoperações de guerra, com formatos e nomes variados conforme o momento de intervenção na relação com ciclos econômicos e políticos. A espetacularização da guerra na cidade segue a mesma desmedida que marca a lógica das grandes intervenções urbanas,

sem deixar de servir aos grandes negócios do esporte, do turismo e do entretenimento da megamáquina do poder comunicativo, que se alimenta de formas combinadas de manejo da imagem da cidade. Deste modo, o Rio de Janeiro continua sob o enquadramento bíblico da metáfora da “Nova Babilônia”, da cidade da beleza e do caos que permite a oscilação e a combinação do urbanismo de guerra e do espetáculo onde as populações são o corpo produtivo e descartável, onde a periferia é objeto de supremacia.

As opções materiais e imateriais atualmente impostas nas diversas espacialidades das nossas metrópoles e em especial nas fórmulas em curso no Rio precisam ser examinadas com o duplo olhar que o Complexo do Alemão permite: o dos sentidos e o da pesquisa. Já assistimos e agora precisamos do exame dos efeitos iniciais da replicação do modelo do Complexo do Alemão para outros lugares da cidade. Difundindo as lógicas que tiveram este território como campo de experiências do nosso modelo “Haiti-Colômbia”. Devemos considerar a necessidade de interligar as análises e as narrativas pesquisadas desde os vários lugares atravessados pelas resistências, brechas e usos que foram sendo feitos pelos moradores na sua experiência face aos vários programas e políticas governamentais.

Tomemos por objeto os vários tipos de programas operados por distintos níveis de governo, do tipo Favela Bairro, PAC-Urbano e Morar Carioca, com seus vários impactos. De modo a perceber as respostas, as interpretações dadas pelas populações diante de formatos, ritmos e descontinuidades que devem ser reelaboradas para fazer avançar efeitos de luta, até mesmo para perceber a relação entre desigualdades sociais, novas divisões e exclusões (gentrificação) dos lugares, onde as formas de segregação se sustentam no acomodamento diante dos diferentes programas. Na medida em que as políticas de governo expressam apropriações e disputas, com maior ou menor efeito sobre a plataforma dos direitos da favela e ou das periferias, presente nas várias conjunturas vividas na cidade.

Devemos considerar que as tensões com os programas e as políticas hegemônicas podem ser momentos de reconstrução histórica de novas capacidades subjetivas coletivas? Podemos considerar a possibilidade de construir desde já os elementos por meio dos quais os sujeitos coletivos serão apoiados por tecnologias alternativas? *Nosso suposto é que um novo bloco social e técnico pode criar um potencial para a formulação de propostas concretas, cujo avanço e concretização vai depender da organização de espaços de autonomia das populações nos diferentes lugares, de modo que possam afirmar horizontes individuais e coletivos para outros usos possíveis dos*

territórios urbanos na direção da produção diferenciada e policentrada de espaços no âmbito da nossa megalópole.

As modulações e variações do poder através dos discursos e a prática da arquitetura e do urbanismo devem ser avaliados pelo que temos denominado design estratégico, a partir da leitura crítica sistematizada das (quase) políticas espaciais que se propagam atualmente, percebendo seus ritmos e avaliando seus impactos. É possível fazer isto organizando os mapas que permitam atuar sobre os vetores definidores da quantidade e da qualidade em que se dá a ação consciente na disputa no entorno do desenho da intervenção urbana. Devemos identificar o que afeta o poder de distribuição, de circulação, de uso da produção social do espaço nas suas múltiplas formas, de modo a podermos pensar e agir no quadro geral do habitar na cidade, do viver em comunidade, cujas partes se conformam na relação com os ciclos vitais da nossa “segunda natureza”, a do espaço construído e definido pela intervenção e práxis urbana como condição humana central. O lugar deve ser sempre visto como o resultado da cristalização das formas da reprodução social do cotidiano. A periferia é a expressão do processo, mas podemos afirmar que ela é sujeito estratégico da cidade enquanto articulação de territórios e populações que mobilizam democrática e produtivamente outros modos de fazer historicamente a cidade.

No grande planeta urbano em que vivemos nessa segunda década do século XXI o território é produtivo. Se a cidade substitui a fábrica, se a periferia deve ganhar centralidade, o Rio de Janeiro e o Complexo do Alemão são parte do laboratório imagem e da materialidade de um quadro atravessado por uma disputa de direções de classe, onde a questão urbana se torna de interesse estratégico.

6. Urbanismo como vetor para repensar uma arquitetura da grande escala

O vetor para uma visão da arquitetura e do urbanismo adequada aos complexos periféricos se liga ao desafio da grande escala, dentro do espaço urbano, em especial do metropolitano. Sistematizar e articular as metodologias e os parâmetros de produção social do espaço e da moradia de interesse social exige um salto nos termos dos arranjos e trajetórias de mobilização produtiva e de mediações de interlocução e formulação que resgate as novas trajetórias e metodologias, orientados por um marco

ampliado pelas disciplinas espaciais. A abordagem do novo urbanismo crítico e do desenho estratégico parte da recombinação de tecnologias sociais com as diretrizes e análise crítica do modelo cognitivo dominante, o que significa dizer que uma ruptura paradigmática orientada para os territórios ditos periféricos deve se apoiar fortemente nos parâmetros dos estudos contemporâneos das áreas de Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS) e de Ciências da Informação (CI).

A articulação dos esforços de pesquisa e conhecimentos sistemáticos dos territórios e seus usos, em interação ativa com inteligência local e suas redes em movimento é parte do esforço de recuperação de potencialidade crítica para a plataforma do direito à cidade a partir do novo modelo cognitivo que cumpre as exigências das resoluções apresentadas no Livro Azul (4ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, 2010), que sintetizou, incorporou e abriu espaço para valorizar as tecnologias sociais na política nacional de C/T&I. Este é um vetor para os agenciamentos tecnológicos que respondem aos desafios de um novo urbanismo que combine adequação social e tecnológica com articulação de atores para a sinalização da necessidade de construção de um novo bloco social e técnico, que afirme

Tais questões exigem a imediata mobilização de saberes técnicos e sua orientação por vetores de construção de trajetórias tecnológicas aplicadas sobre modelos construtivos, de projetos de equipamentos coletivos e de moradia claramente interligados com as dinâmicas e tecnologias de urbanização e as práticas de urbanidade reflexivamente orientadas pelas redes horizontais com a mediação do conhecimento local.

7. Notas para pensar a ação social estratégica no espaço urbano

1. A produção social do espaço é o processo pelo qual o modo de produção da vida social é condicionado pelas relações de produção. É o resultado das formas de apropriação e dos usos que são socialmente construídos pelas forças hegemônicas, engendrando padrões de uso e definindo as condições e relações de poder na conexão com o modo de produção capitalista. Representa uma categoria central para pensar a relação entre mercado de terras, mercado de trabalho e acumulação capitalista, na medida em que define os usos produtivos e as práticas de reprodução na relação com o processo de valorização. O valor abstrato, os meios de

produção, as formas de propriedade são correlacionadas com as práticas e o regime de propriedade que faz do espaço reserva de valor, capital fixo e objeto mercantil, com seus efeitos sociais, ambientais e culturais medidos pela interação do desenvolvimento desigual e da divisão social do trabalho e da produção.

2. A segregação socioespacial é o resultado da combinação de dominação e exploração na sua configuração das relações sociais no espaço, onde as divisões centro-semiperiferia-periferia, as fronteiras internas, os modos de fixação e a liberdade de circulação e mobilidade são atravessados por clivagens étnicas, de geração, de gênero e de classe. A distribuição e a ocupação, os usos e o acesso a bens e serviços, as distâncias e a proximidade definem condições e qualidade de vida, riscos, ameaças e bem-estar, e estão relacionados com formas de separação, clivagem, preconceito e racismo e outros tipos de segmentação que relacionam condições de vida, habitat e liberdade.

3. As fronteiras, muros, mediações são divisores e distribuidores de posições para o exercício de controle e mecanismos de poder sobre populações. Território e população são atravessados por modos de controle e policiamento que definem as estratégias de segurança e o poder de impedir ou permitir acesso, transporte e presença sem o qual não existe o reconhecimento e o pertencimento à nação, à cidade, ao lugar e a possibilidade de aceder a bens públicos, por conta das zonas de exclusão e das barreiras físicas, legais e os diferentes tipos de cartas de identidade, passaporte e vistos sem os quais não se tem direito a ter direitos.

4. O Corpo-imagem na sociedade das tecnologias de comunicação e da proliferação da imagem, na sociedade do espetáculo: _ o corpo se apresenta revestido do poder de retratação, da definição do perfil ou da imagem que registra os modos de engendramento dos padrões estéticos e do controle social sobre os corpos, regulando a sua presença e presidindo a narrativa e a definição da mobilidade na relação com os usos do espaço, na sua presença diante de uma economia de manejo de lógicas e normas de visibilidade e invisibilidade, de reconhecimento e segregação. O corpo-imagem mercadoria é corpo produtivo do circuito em que a linguagem tem suporte numa escrita que, mesmo na rede, depende do suporte da voz, da presença e do sentido de pertencimento e condição de ser desde uma teatralidade cruel no manejo cada vez mais intenso de indústrias de entretenimento, estéticas, médicas e de saúde que exercem uma ditadura crescente sobre a imagem, o perfil e o modo de enquadramento das pessoas e dos grupos, ao lado de um enorme anonimato e invisibilidade que é o outro lado da precariedade e da atomização do sujeito fragmentado.

5. No território usado-praticado, no cotidiano, emerge o sujeito corporificado, com seus ritmos, com seu tempo em contraposição aos modos de dominação intensiva, extensiva e flexível. O sujeito existe na sua materialidade e na sua subjetividade, presença biopolítica, presença psicossocial, presença política que se apresenta desde as práticas espaciais, desde as vozes e as relações que definem usos locais, a construção de lugares, a marca das vivências, do conflito e da cooperação. O espaço se define pelos seus usos, pelas condições de apropriação e produção, mas é na centralidade do lugar ocupado e engendrado no cotidiano que se dá o jogo e a tensão entre alienação e emancipação.

A megacidade é onde a integração e o controle social são rompidos pelas grandes estratégias de dominação, exploração e guerra ou pela fuga, rebelião e resistência da periferia e dos subalternos, que desde suas táticas e práticas socioespaciais geram outros registros e modos de reconhecimento e mobilização para o desenho de alternativas. Os movimentos moleculares de corpo e linguagem podem engendrar um potencial social e cognitivo sem o qual o real da falta e a produção da alternativa perdem sentido, em que a vida social não mais se reproduz, sem o que teríamos o fim da história nos meios dos escombros da barbárie produzida em nome da ordem e do movimento civilizador. Negligenciar o olhar e a potência do desenho estratégico alternativo que se relaciona com a construção das cartografias da ação é alimentar a regressão e a reprodução do trauma continuado das formas de violência permanente e viver sob a lamentação permanente do desperdício gerado pela megamáquina de gastar gente que sustenta o Leviatã oligárquico e corporativo que nos lança na economia política da guerra sob a batuta do Estado policial em nome da lógica da cidade-mercadoria.

Referências

BARATTA, A. **Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal**. 6ª. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2011.

BATISTA, V. M. **O medo na cidade do Rio de Janeiro: dois tempos de uma história**. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 1988.
Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>.

BRASIL. Lei nº 10.257. **Estatuto da Cidade**, Brasília, DF, 10 julho 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm>.

CRAMPTON, J. W.; KRYGIER, J. An Introduction to Critical Cartography. **ACME: An International Journal for Critical Geographies**, v. 4, n. 1, p. 11-33, março 2015. ISSN 1492-9732. Disponível em: <<https://www.acme-journal.org/index.php/acme/article/view/723>>. Acesso em: 10 setembro 2017.

DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DEULCEUX, S.; HESS, R. **Henri Lefebvre: vie, œuvres, concepts**. Paris: Ellipses, 2009.

DI FELICE, M. **Paisagens pós-urbanas: o fim da experiência urbana e as formas comunicativas do habitar**. São Paulo: Annablume, 2009.

FLORES, J. H. **A (re) invenção dos direitos humanos**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2009.

GILL, S. The constitution of global capitalism. **The Capitalist World, Past and Present at the International Studies Association Annual Convention**, Los Angeles, 2000.

GRAHAM, S. **As cidades citiadas: o novo urbanismo de guerra**. São Paulo: Boitempo, 2016.

GUATTARI, F. **Caosmose: um novo paradigma estético**. Editora34: São Paulo, 1992.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

JAUREGUI, J. **Estrategias de Articulación Urbana**. Buenos Aires: Nobuko, 2012.

KLEE, P. **Pedagogical sketchbook**. New York: Praeger Publishes, 1972.

- LEFEBVRE, H. **La production de l'espace**. 4^a. ed. Paris: Anthropos, 2000.
- MATTELART, A. **La globalisation de la surveillance: aux origines de l'ordre sécuritaire**. Paris: LaDécouverte/Poche, 2008.
- MONTANER, J. M. Arqueología de los diagramas. **Cuadernos de Proyectos Arquitectónicos**, n. 1, p. 16-22, maio 2010. ISSN 2174-1131. Disponível em: <http://polired.upm.es/index.php/proyectos_arquitectonicos/article/view/132>. Acesso em: 10 setembro 2017.
- PERULLI, P. **Visões da Cidade: as formas do mundo espacial**. São Paulo: Editora Senac, 2012.
- POLANYI, K. **A grande transformação: as origens da nossa época**. 2^a. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- RIBEIRO, A. C. T. **Por uma sociologia do presente: ação, técnica e espaço**. Rio de Janeiro: Anpur-Letra Capital, 2012.
- _____. **Teorias da ação**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014.
- SANTOS, M. **Espaço e método**. 5^a. ed. São Paulo: Edusp, 2008.
- SASSEN, S. **Critique de l'État: territoire, autorité et droits de l'époque medieval à nos jours**. Paris: Le Monde Diplomatique-Demópolis, 2009.
- SOJA, E. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.
- SZANIECKI, B. **Outros monstros possíveis: disformes contemporâneos e design encarnado**. São Paulo: Annablume, 2014.

Como citar

BOCAYUVA, Pedro C. C. **Urbanismo crítico e design na perspectiva de uma cartografia da ação dos subalternos**. Arcos Design. Rio de Janeiro: PPD ESDI - UERJ. Edição Especial Outubro 2017. pp. 102-126.

Disponível em: [<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/arcosdesign>]

DOI 10.12957/arcosdesign.2017.30944



A Revista Arcos Design está licenciada sob uma licença Creative Commons Atribuição - Não Comercial - Compartilha Igual 3.0 Não